

CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAIS E FINANCEIRIZAÇÃO: IMPACTO NO SETOR SUCROENERGÉTICO

CAPITAL CENTRALIZATION AND FINANCIALIZATION: IMPACT ON THE SUGARCANE-ENERGY SECTOR

CENTRALIZACIÓN DE CAPITALES Y FINANCIARIZACIÓN: IMPACTO EN EL SECTOR SUCROENERGÉTICO

Daniel Féo Castro de Araújo¹

Resumo: Este estudo tem como objetivo compreender os processos de centralização de capitais na dinâmica de um capitalismo contemporâneo em crise, bem como as notáveis alterações ocorridas nos fatores das fusões e aquisições quando examinados sob o viés de uma vasta "financeirização" do setor sucroenergético. A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica abrangente, explorando obras-chave de autores como Araújo (2023a e 2023b), Santos (2018, 2022, 2023a, 2023b), Chesnais (2010 e 2005), Silva (2022) e Campos (2019), Goldfarb (2013, 2012, 2015). Esta revisão visa aprofundar o entendimento da dinâmica geográfica estudada, contribuindo para a construção de um referencial teórico sólido e abrangente. Ademais, consultamos bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (ÚNICA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), dos Portais NovaCana e INFOCANA, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Banco de Dados Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Todas essas fontes foram cruciais para a obtenção de dados precisos e relevantes para a nossa pesquisa. A metodologia adotada inclui uma abordagem analítica e sintética, permitindo a integração de informações cruciais e destacando as conclusões essenciais do estudo. Os resultados revelam a crescente concentração de capital na atividade canavieira, evidenciada pelas fusões, aquisições e associações entre grupos nacionais e internacionais com empresas do setor sucroenergético. Essa integração ao contexto produtivo global reforça a estratégia das grandes corporações em utilizar o território como um recurso-chave.

Palavras-chave: concentração de capitais; centralização de capitais; financeirização; setor sucroenergético.

Abstract: This study aims to understand the processes of capital centralization in the dynamics of contemporary capitalism in crisis, as well as the remarkable changes that have occurred in the factors of mergers and acquisitions when examined from the perspective of a broad "financialization" of the sugarcane industry. The research is based on a comprehensive literature review, exploring key works by authors such as Araújo (2023a and 2023b), Santos (2018, 2022, 2023), Chesnais (2010 and 2005), Silva (2022), Campos (2019), and Goldfarb (2013, 2012, 2015). This review aims to deepen the

¹ Doutor em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: daniel.feo@gmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5457194230066574>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6345-346X>.

understanding of the geographical dynamics studied, contributing to the construction of a solid and comprehensive theoretical framework. In addition, we consulted databases from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Union of the Sugarcane Industry (ÚNICA), the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply (MAPA), the Union of Bioenergy Producers (UDOP), NovaCana and INFOCANA Portals, the National Supply Company (CONAB), and the Energy Research Company (EPE) Database. All these sources were crucial for obtaining accurate and relevant data for our research. The adopted methodology includes an analytical and synthetic approach, allowing for the integration of crucial information and highlighting the essential conclusions of the study. The results reveal the growing concentration of capital in sugarcane activity, evidenced by mergers, acquisitions, and associations between national and international groups with companies in the sugarcane industry. This integration into the global production context reinforces the strategy of large corporations in using territory as a key resource.

Keywords: capital concentration; capital centralization; financialization; sugarcane-energy sector.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo comprender los procesos de centralización de capitales en la dinámica de un capitalismo contemporáneo en crisis, así como los notables cambios ocurridos en los factores de fusiones y adquisiciones cuando se examinan desde la perspectiva de una amplia "financiarización" del sector sucroenergético. La investigación se basa en una exhaustiva revisión bibliográfica, explorando obras clave de autores como Araújo (2023a y 2023b), Santos (2018, 2022, 2023), Chesnais (2010 y 2005), Silva (2022), Campos (2019) y Goldfarb (2013, 2012, 2015). Esta revisión tiene como objetivo profundizar la comprensión de la dinámica geográfica estudiada, contribuyendo a la construcción de un marco teórico sólido y completo. Además, consultamos bases de datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), de la Unión de la Industria de la Caña de Azúcar (ÚNICA), del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Abastecimiento (MAPA), de la Unión de Productores de Bioenergía (UDOP), de los Portales NovaCana e INFOCANA, de la Compañía Nacional de Abastecimiento (CONAB) y del Banco de Datos Empresa de Investigación Energética (EPE). Todas estas fuentes fueron cruciales para obtener datos precisos y relevantes para nuestra investigación. La metodología adoptada incluye un enfoque analítico y sintético, que permite la integración de información crucial y destaca las conclusiones esenciales del estudio. Los resultados revelan la creciente concentración de capital en la actividad cañera, evidenciada por fusiones, adquisiciones y asociaciones entre grupos nacionales e internacionales con empresas del sector sucroenergético. Esta integración en el contexto productivo global refuerza la estrategia de las grandes corporaciones para utilizar el territorio como un recurso clave.

Palabras-clave: concentración de capitales; centralización de capitales; financiarización; sector sucroenergético.

Introdução

Este estudo tem como objetivo compreender os processos de concentração e centralização de capitais na dinâmica do capitalismo contemporâneo em crise, bem como as notáveis alterações ocorridas nos fatores das fusões e aquisições quando examinados

sob o viés da ampla financeirização do setor sucroenergético. O estudo parte da premissa de que a crise econômica mundial de 2007-2008 (Harvey, 2011) estimulou um aumento nas operações de fusão, aquisição e parcerias entre empresas nacionais e internacionais do setor sucroenergético e das empresas de negociação (Pitta *et al.*, 2014, Bunde, 2017, Santos, 2022). Isso possibilitou a utilização estratégica do território pelas principais corporações internacionais, ao mesmo tempo em que permitiu que o setor agroindustrial se adaptasse aos padrões produtivos e comerciais mundializados (Araújo, 2023a).

Esta pesquisa é de suma importância devido à relevância central do capitalismo contemporâneo e seus impactos no setor sucroenergético, que desempenha um papel crucial na economia e na sociedade Brasil (Santos, 2023b; Araújo; Araújo; Sobrinho, 2020). Fica evidente o crescente envolvimento de grandes empresas nacionais e internacionais nesse setor, por meio de processos de fusões e aquisições, desenvolvimento de novos projetos, modernização de instalações antigas e adoção de sistemas científicos e tecnológicos na agricultura e indústria, resultando na formação de monopólios (Castillo, 2015; Santos, 2023a; Araújo; Araújo Sobrinho, 2023a).

Partindo dessa perspectiva, propomos uma análise das implicações decorrentes dos processos de concentração/centralização de capitais e financeirização, que são impulsionados, em grande medida, pela crise econômica e financeira que ocorreu entre 2007 e 2008 (Harvey, 2011). Diante desse contexto, surgem questionamentos relevantes: Como a financeirização afeta a dinâmica do setor sucroenergético? Quais são as principais consequências da concentração e centralização de capitais nesse setor? De que maneira as fusões e aquisições estão influenciando e modificando a estrutura do mercado sucroenergético?

Para alcançar os objetivos propostos, foram executadas as seguintes etapas metodológicas: realizamos uma revisão bibliográfica sobre o tema, com o intuito de compreender a dinâmica estudada e construir um referencial teórico a partir de obras diretamente e indiretamente relacionadas. Exploramos obras-chave de autores como Araújo (2023a e 2023b), Santos (2018, 2022, 2023a, 2023b), Chesnais (2010 e 2005), Silva (2022) e Campos (2019), Goldfarb (2013, 2015a, 2015b). A coleta de dados bibliográficos foi realizada por meio de pesquisa em bibliotecas, repositórios digitais e periódicos científicos, abrangendo livros, dissertações, teses, bancos de dados e artigos relacionados ao tema. Além disso, consultamos bases de dados do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (ÚNICA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), dos Portais NovaCana e INFOCANA, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Banco de Dados Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Todas essas fontes foram cruciais para a obtenção de dados precisos e relevantes para a nossa pesquisa.

Ao relacionarmos o setor sucroenergético ao contexto abordado, compreendemos sua conexão com o processo de concentração de recursos. A análise de Chesnais (2010 e 2005) nos ajuda a esclarecer essa dinâmica, destacando a financeirização como uma consequência direta da centralização de recursos. Isso implica no enfraquecimento do crescimento econômico, na livre circulação de recursos financeiros e na ocorrência de crises financeiras. Ao considerarmos o setor sucroenergético nesse contexto, percebemos sua inserção nas dinâmicas mais amplas do sistema capitalista.

Santos (2014) ressalta a importância de adotar a abordagem do território utilizado para compreender as dinâmicas e transformações do espaço. Essa abordagem considera as intenções, os agentes, a dinâmica social e a materialidade que influenciam o processo de utilização do território em cada formação socioespacial. Ao analisar as interações entre os elementos do espaço, obtemos uma compreensão abrangente do espaço e da sociedade como um todo.

No setor sucroenergético, a ocorrência de fusões, aquisições e associações entre grupos nacionais e internacionais evidencia um processo de concentração e centralização de capital (Araújo Sobrinho, 2023a). A integração desse setor aos parâmetros produtivos e comerciais de escala internacional reforça a estratégia das grandes corporações em utilizar o território como um recurso-chave (Santos, 2023a). Essas dinâmicas refletem as transformações do sistema capitalista contemporâneo e suas implicações no setor sucroenergético.

O artigo estabelece uma correlação entre três pontos essenciais para compreender o setor sucroenergético. Inicialmente, ao examinar o processo de fusões e aquisições, destaca-se a concentração de poder econômico resultante dessas transações, o que impacta diretamente na reestruturação neoliberal do setor sucroenergético brasileiro. Essa reestruturação, por sua vez, influencia a relação entre capital-dinheiro e concentração de lucros em um contexto mundial. Ao analisar essas inter-relações, o artigo contribui

significativamente para o avanço do conhecimento na área de estudos do setor sucroenergético, fornecendo *insights* valiosos sobre as dinâmicas econômicas e estruturais desse setor específico.

Concluimos que, é essencial considerar a necessidade de estabelecer limites e regulação para o capital especulativo, garantindo que os projetos de desenvolvimento dos países sejam baseados em desenvolvimento soberano, justiça social e soberania alimentar. Esses três grandes eixos são fundamentais para o projeto de desenvolvimento de qualquer país. Deste modo, enfrentar o capital financeiro, estabelecer limites, regulação e transparência são fundamentais para lidar com essa questão. A regulamentação do capital especulativo é crucial para garantir o desenvolvimento soberano e a justiça social.

A regulação do capital especulativo pode ser entendida dentro do contexto da lei e suas classificações. A necessidade de estabelecer limites e garantir o desenvolvimento soberano pode ser relacionada à lei em sentido formal-material, lei substantiva e lei adjetiva. A regulação do capital especulativo pode ser considerada como uma forma de lei de ordem pública, visando regular os principais interesses da sociedade e preservar o bem comum. A regulação do capital especulativo pode ser vista como uma forma de lei de ordem pública, fundamental para preservar o interesse e bem comum da coletividade.

Fusões e aquisições no setor sucroenergético: análise da concentração de poder econômico

O setor sucroenergético é uma área de extrema importância na economia mundializada, especialmente em países com um grande potencial agrícola como o Brasil (Araújo, 2023a; Silva, 2022; Campos, 2019; Bunde, 2017). Nas últimas décadas, observou-se um intenso processo de fusões e aquisições nesse setor, que redefiniu a estrutura e o poder econômico das empresas envolvidas (Santos, 2018, 2023; Mendonça; Pitta; Xavier, 2012). A concentração de poder econômico se tornou uma temática relevante, despertando o interesse de geógrafos e estudiosos da economia. Compreender os padrões e as consequências dessas fusões e aquisições é fundamental para analisar a dinâmica espacial do setor sucroenergético, bem como os desafios e as oportunidades para a concorrência, a distribuição de renda e o desenvolvimento regional.

De acordo com Marx (1998), há duas categorias distintas: a concentração e a centralização. A concentração está relacionada à acumulação de capital, ao controle da

infraestrutura produtiva e ao domínio da classe capitalista sobre os trabalhadores. Já a centralização compreende a união de capitais que já estão em funcionamento, sem necessariamente aumentar o nível de acumulação. É um processo que ocorre através da subordinação a um único capital e pode ser entendido como a expropriação de capitais menores para aqueles de maior porte. A concorrência leva à queda dos capitais menores para os maiores. Ao nos referirmos à concentração e centralização de capital em um sentido mais amplo, estamos nos referindo ao processo geral de união dos capitais, ignorando a peculiaridade de cada termo. Apesar disso, ao usarmos os termos individualmente, é importante mantermos a sua exatidão conceitual

Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e do comandado sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração de capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitalistas grandes. Esse processo se distingue do anterior [concentração] porque pressupõe apenas a alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está, portanto, limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação, por exemplo. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos outros noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração (Marx, 1998, p.729)

O setor sucroenergético é um exemplo de como ocorre o processo de concentração e centralização de capital. Com a expansão da produção de etanol e açúcar no Brasil, grandes empresas passaram a investir nesse mercado, adquirindo usinas menores e expandindo suas atividades (Santos, 2018, 2023; Araújo 2023a). Esse processo levou a uma maior concentração de capital no setor, com poucas empresas controlando grande parte da produção (Campos, 2019). Além disso, houve uma centralização de capital, com a fusão de várias usinas menores em grandes grupos econômicos (Silva, 2022). Esse movimento também levou a uma maior verticalização do setor, com as empresas controlando toda a cadeia produtiva, desde o cultivo da cana até a distribuição dos produtos finais (Campos, 2019).

As fusões e aquisições têm sido meios comuns utilizados no setor sucroenergético para a concentração e centralização de capital (Mendonça; Pitta; Xavier, 2012). As fusões ocorrem quando duas ou mais empresas se unem em uma única sociedade, enquanto as aquisições acontecem quando uma empresa adquire a totalidade das ações de outra, e a incorporação ocorre quando uma das companhias absorve a outra, que é extinta após o

processo (Santos, 2022). Ademais, as *joint ventures* são formadas pelas empresas envolvidas para desenvolver projetos em conjunto. No setor sucroenergético, é comum a realização de fusões e aquisições de empresas para aumentar a produção e a competitividade no mercado, bem como a formação de *joint ventures* para o desenvolvimento de projetos, como a produção de biocombustíveis ou a pesquisa de novas tecnologias para o setor (Bunde, 2017). Essas estratégias contribuem para a dinâmica e estruturação do setor, refletindo os processos de concentração e centralização de capital presentes na economia (Santos, 2018).

A crise econômica e financeira de 2007-2008 (Harvey, 2011) deixou muitas empresas do setor sucroenergético brasileiro vulneráveis a fusões e aquisições por grandes corporações, intensificando processos que já ocorriam antes. A falta de crédito no mercado, endividamentos, redução dos preços das *commodities* e congelamento do preço da gasolina pelo governo brasileiro entre 2011 e 2015 foram fatores que contribuíram para a fragilização e a falência de muitas empresas (Santos, 2018), resultando no fechamento de várias usinas e na entrada de muitas outras em recuperação judicial, como pode ser observado no (Gráfico 01).

Nesse cenário de crise, Santos *et al.* (2022) destacam que muitas empresas do setor colocaram seus ativos à venda para tentar saldar suas dívidas e/ou recuperar parte do capital perdido. Essa crise, portanto, contribuiu para a consolidação do setor sucroenergético, com empresas maiores aproveitando as oportunidades de aquisição e fusão para expandir sua presença e fortalecer sua posição no mercado (Santos, 2018).

De acordo com o Boletim de Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis (EPE, 2021), em 2020, ocorreram quatro reativações e uma paralisação de unidades produtoras no setor sucroenergético. Essas unidades possuem capacidade de moagem de 7,7 milhões de toneladas e 1,5 milhão de toneladas, respectivamente. No mesmo ano, não houve implantação de novas unidades. Como resultado, houve um aumento de capacidade de processamento de 6,2 milhões de toneladas. É importante ressaltar que algumas indústrias fecharam e outras entraram em recuperação judicial, colocando seus ativos à venda para pagar dívidas ou recuperar parte do patrimônio perdido.

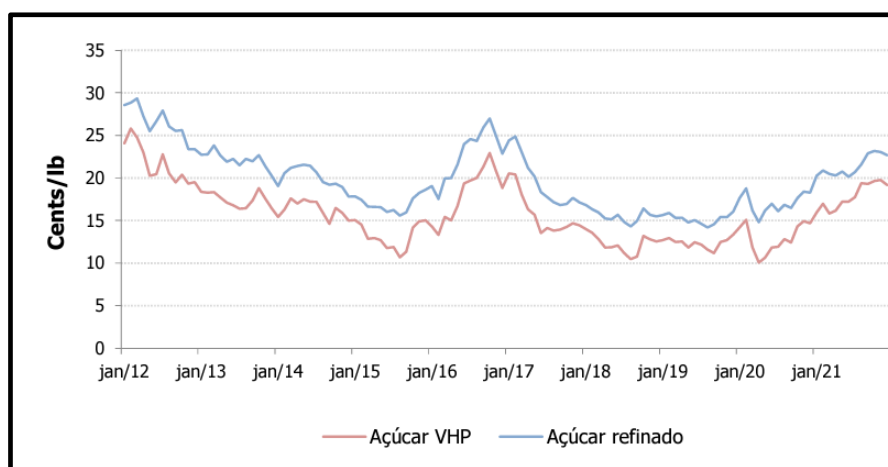
Gráfico 1 - Brasil - número de operações de fusões e aquisições no setor sucroenergético, 2000 a 2020.



Fonte: EPE, 2021. Elaborado pelos autores (2023).

Os eventos pontuais mencionados pelos autores Santos *et al.* (2022) contribuíram para a atual crise enfrentada pelo setor sucroenergético, afetando especialmente os grupos menos capitalizados. Diversos fatores são apontados como elementos que sustentam essa crise, como a volatilidade dos preços do açúcar nas bolsas de valor, como pode ser visto no (Gráfico 02), e o controle estatal dos preços dos combustíveis fósseis durante o período de 2012 a 2021, a diminuição de crédito, as perdas agrícolas devido à menor taxa de renovação dos canaviais e a ocorrência de intempéries climáticas (Vidal, 2017; Campos, 2019; Araújo; Araújo Sobrinho, 2020; Santos, 2022; Silva, 2022). Assim, os custos de produção agrícola aumentaram com a mecanização, a compra de insumos químicos e a alta do dólar desde 2011 (Santos *et al.*, 2022).

Gráfico 02 - Preços internacionais do açúcar VHP e refinado.



Fonte: EPE (2021).

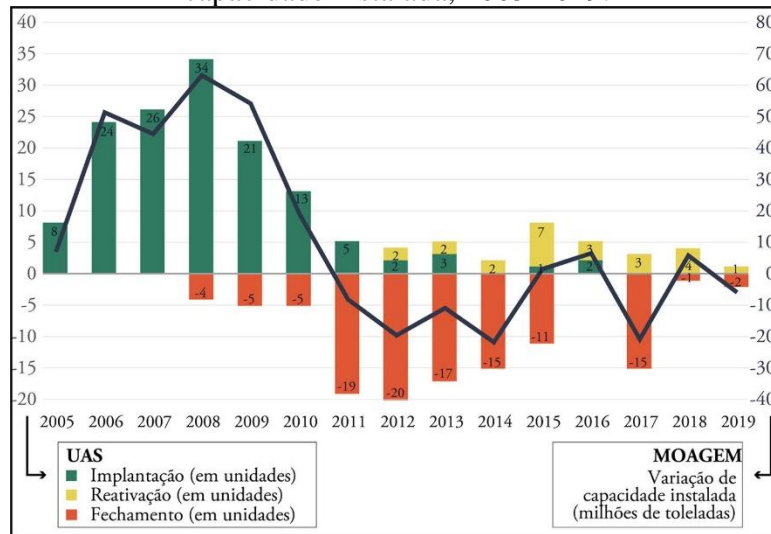
Fatores externos também desempenharam um papel na crise, como as retrações no preço do petróleo a partir de 2014 e as safras recordes da Índia e Tailândia, que afetaram a cotação do açúcar na bolsa de *commodities* de Nova Iorque a partir de 2016 (Santos *et al.*, 2022). Essa análise evidencia a complexidade dos desafios enfrentados pelo setor sucroenergético, relacionados tanto a fatores internos quanto a dinâmicas internacionais, e destaca a necessidade de medidas estratégicas para mitigar os impactos e buscar a recuperação do setor.

A análise do (Gráfico 03) dos dados sobre o número de Usinas de Energia (UASs) implantadas, fechadas e reativadas, juntamente com a variação da capacidade instalada no Brasil entre 2005 e 2019, revela algumas tendências interessantes. No que diz respeito às usinas implantadas, podemos observar um aumento significativo no período de 2005 a 2008, atingindo o ápice de 34 usinas implantadas no último ano mencionado. A partir de 2009, no entanto, o número de usinas implantadas começa a diminuir, atingindo seu ponto mais baixo em 2014, quando nenhuma usina foi implantada. A partir desse ponto, ocorre uma leve recuperação no número de usinas implantadas, porém em níveis baixos, com apenas 2 usinas em 2016 e nenhuma nos anos seguintes.

Em relação às usinas reativadas, observa-se um padrão irregular ao longo dos anos. O número de usinas reativadas varia de 0 a 7 por ano, com destaque para o pico de 7 usinas reativadas em 2015. No geral, o número de usinas reativadas é relativamente baixo em comparação com as usinas implantadas. Quanto ao fechamento de unidades de usinas, observa-se um aumento significativo a partir de 2011, com o pico de 20 unidades fechadas em 2012. Nos anos seguintes, o número de unidades fechadas diminui gradualmente, porém ainda permanece relativamente alto, com 15 unidades fechadas em 2017. A partir de 2018, o número de unidades fechadas continua a diminuir, chegando a apenas 2 unidades fechadas em 2019.

Esses dados sugerem que, ao longo do período analisado, houve uma redução no número de usinas implantadas, acompanhada de um aumento no fechamento de unidades de usinas. Isso pode indicar uma desaceleração nos investimentos em novas usinas de energia no Brasil, possivelmente devido a fatores como mudanças nas políticas energéticas, questões ambientais ou econômicas.

Gráfico 3: Brasil: número de UASs implantadas, fechadas e reativadas e variação da capacidade instalada, 2005-2019.



Fonte: Santos, (et al., 2022)

Silva e Peixinho, (2012) evidenciam a importância da participação estatal por meio de políticas públicas que visam garantir a lucratividade e promover o crescimento do setor sucroenergético. No passado, os beneficiários dessas políticas eram os senhores de engenho ou usineiros, enquanto atualmente são os fundos de investimento e *tradings* que buscam tirar proveito das vantagens oferecidas pelo setor público (Neves; Conejero, 2010; Façanha, 2012; Silva, 2022). Essa abordagem ressalta que, embora o setor sucroenergético siga a lógica capitalista de mercado, muitos setores da economia ainda dependem de intervenções estatais para garantir sua rentabilidade e criar um ambiente favorável ao seu avanço e consolidação (Pitta *et al.*, 2014; Silva; Pereira, 2019). Nesse sentido, o Estado atua em prol do capital, buscando proporcionar ganhos cada vez mais expressivos para os investidores (Silva; Pereira, 2019; Araújo; Araújo Sobrinho, 2020). Essa relação simbiótica entre o setor privado e o Estado demonstra como o poder público desempenha um papel fundamental na condução e sustentação do desenvolvimento econômico.

Diante da análise das fusões e aquisições no setor sucroenergético e sua relação com a concentração de poder econômico, é evidente que essas operações têm impactos significativos na estrutura e dinâmica desse mercado. A centralização de capitais por meio dessas transações reflete a busca das empresas por maior poder de mercado e ascensão da riqueza, resultando na formação de monopólios e oligopólios. A influência das grandes

corporações capitalizadas e financeirizadas na eliminação de empresas menos competitivas e na manipulação dos preços dos produtos sucroenergéticos é clara. Portanto, é crucial considerar a necessidade de regulação para garantir um desenvolvimento soberano, justiça social e soberania alimentar no setor, visando equilibrar os interesses econômicos com o bem-estar da sociedade e a sustentabilidade do mercado sucroenergético.

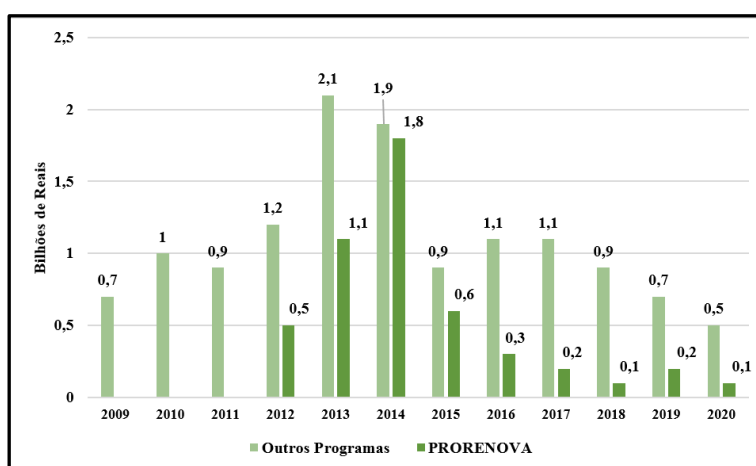
A Reestruturação Neoliberal do Setor Sucroenergético Brasileiro: Impactos no Controle Estatal e na Posição Global de Mercado

O Estado brasileiro, representado pelas ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), desempenhou e continua desempenhando um papel essencial na viabilização das atividades do setor sucroenergético no país, acompanhando as transformações que ocorrem nessa indústria (Campos, 2019; Silva; Pereira, 2019; Araújo; Araújo Sobrinho, 2020). No contexto atual, impulsionado pelo avanço tecnológico, científico e informacional (Santos, 1996), juntamente com a crescente liberalização do mercado global e a predominância do capital financeiro nos processos econômicos (Harvey, 2010), observa-se a formação de um mercado mundial cada vez mais interconectado e dinâmico (Araújo, 2023a). Nesse sentido, o Estado brasileiro atua como um agente facilitador, criando condições favoráveis para a participação competitiva do setor sucroenergético brasileiro nesse mercado global, buscando maximizar os benefícios econômicos e estratégicos para o país (Araújo; Araújo Sobrinho, 2020).

A análise minuciosa do (Gráfico 04) revela uma variação significativa no valor captado de financiamentos públicos para o cultivo da cana ao longo dos anos. O programa PRORENOVA, desenvolvido e financiado pelo Estado, apresentou um crescimento consistente nos primeiros anos, atingindo seu ponto máximo em 2014, com R\$ 1,8 bilhão captados. No entanto, a partir desse ponto, houve uma queda abrupta nos valores captados, chegando a apenas 0,1 bilhão de reais em 2020. Essa redução pode ser atribuída a uma série de fatores, como mudanças políticas, desafios econômicos e até mesmo questões ambientais. Além disso, outros programas de financiamento também mostraram uma tendência de queda nos valores captados, embora de forma mais gradual.

Não obstante, o (Gráfico 04) revela uma mudança significativa na política de financiamento agrícola, especialmente no cultivo da cana-de-açúcar, durante o governo Bolsonaro. Houve uma redução nos investimentos públicos na área, o que ressalta a necessidade premente de aumentar os investimentos estatais no setor canavieiro, a fim de garantir condições adequadas para o desenvolvimento dessa importante vertente da economia nacional. É essencial que sejam direcionados recursos públicos suficientes para contribuir para o setor e garantir seu crescimento sustentável, considerando seu potencial econômico e sua relevância para a matriz energética.

Gráfico 04 - Valor captado de financiamentos públicos para o cultivo da cana.



Fonte: PRORENOVA, 2021. Elaborado pelos autores (2023).

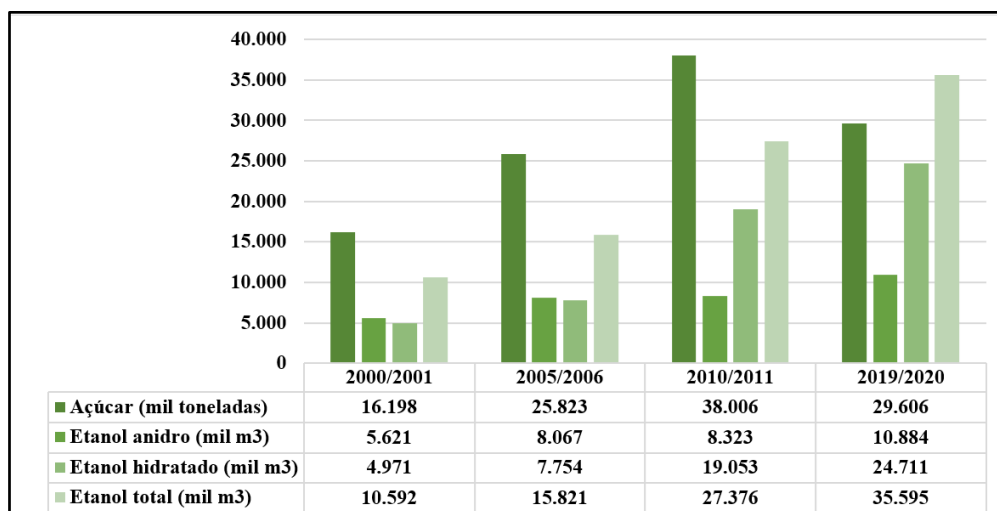
É fundamental destacar a relação intrínseca entre a produção sucroenergética e o contexto neoliberal, no qual grandes conglomerados altamente capitalizados, muitos deles com vínculos internacionais, passam a dominar a produção no Brasil. A inserção do Brasil no comércio internacional, mediante a exportação de produtos primários, reforçou a condição periférica do país, comprometeu a soberania nacional e inviabilizou uma política externa ativa e de protagonismo (Silva; Pereira, 2023; Araújo, 2023b). Essa mudança na política de financiamento agrícola, com uma tendência de redução dos investimentos públicos, afetando não apenas a produção canavieira, mas também tem repercussões em outros setores da economia. Diante desse cenário, torna-se necessário aumentar os investimentos públicos para garantir a produção adequada de açúcar e etanol e promover o desenvolvimento e soberania nacional ao setor canavieiro, apoiando a importância dessa produção para a economia nacional como um todo.

Por outro lado, a prevalência no consumo de combustíveis derivados do petróleo por parte de muitos países do mundo resultou em uma concentração do mercado petrolífero, controlado por poucos países produtores (Araújo, 2023b). No entanto, a busca por fontes de energia renováveis, como o etanol, pode contribuir para diminuir essa centralização, uma vez que o etanol pode ser produzido em diferentes países e regiões, a partir de diversas matérias-primas, como cana-de-açúcar, milho e beterraba (Araújo, 2023b). A utilização do etanol como fonte de energia sustentável também desempenha um papel relevante na redução das emissões de gases de efeito estufa, atendendo às demandas ambientais discutidas globalmente. Deste modo, o aumento nos preços do petróleo após o ano 2000 impulsionou a demanda por etanol, consolidando-o como uma *commodity* de destaque no cenário mundial (Araújo, 2023b).

No contexto brasileiro, o país desempenha um papel de destaque como grande produtor mundial de açúcar e etanol. A demanda interna por açúcar tem apresentado um crescimento significativo ao longo das últimas décadas, impulsionado pelo aumento da população e por mudanças no padrão de consumo. De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB 2020), na safra 2019/20, o Brasil alcançou uma produção de aproximadamente 29,6 milhões de toneladas de açúcar.

Em relação ao etanol, o país registrou o maior volume de produção na história durante a safra 2019/20, totalizando 35,5 bilhões de litros, o que representa um aumento de 7,5% em relação à safra anterior (Gráfico 5). Dessa produção, 33,2 bilhões de litros foram destinados ao etanol hidratado, utilizado como combustível para veículos, enquanto 2,4 bilhões de litros foram para o etanol anidro, que é misturado à gasolina. O expressivo crescimento na produção de açúcar e etanol ao longo das últimas safras reflete a importância desses setores para a economia brasileira, evidenciando o potencial do país como um dos principais atores na produção e comercialização dessas *commodities* (CONAB, 2020).

Gráfico 5 – Brasil: produção de açúcar, etanol total, anidro e hidratado, safras 2000/01-2019/20.



Fonte: CONAB, 2020. Elaboração própria (2023).

É importante destacar a centralização do mercado de etanol em relação ao setor automotivo no Brasil. O aumento significativo de veículos *flex fuel* na frota nacional contribuiu para essa centralização, uma vez que esses veículos permitem o uso tanto de etanol quanto de gasolina como combustível (Santos, 2023a). Essa demanda em ascensão impulsionou o mercado de etanol, tornando-o um elemento central na matriz energética do país (Araújo, 2023b; Araújo; Araújo Sobrinho, 2020). Como resultado desse crescimento, houve também um interesse considerável por parte de investidores estrangeiros, que viram na produção de etanol no Brasil uma oportunidade de investimentos lucrativos (Campos, 2019).

No entanto, essa centralização do mercado de etanol pode ser vista como uma desvantagem para o país, uma vez que a produção e venda do combustível estão concentradas em poucas empresas, limitando a concorrência e os benefícios socioeconômicos da produção de etanol para outras regiões do país (Araújo, 2023b). É necessário buscar um equilíbrio entre a expansão do mercado de etanol e a diversificação dos agentes econômicos envolvidos, com o objetivo de maximizar os benefícios para toda a sociedade brasileira.

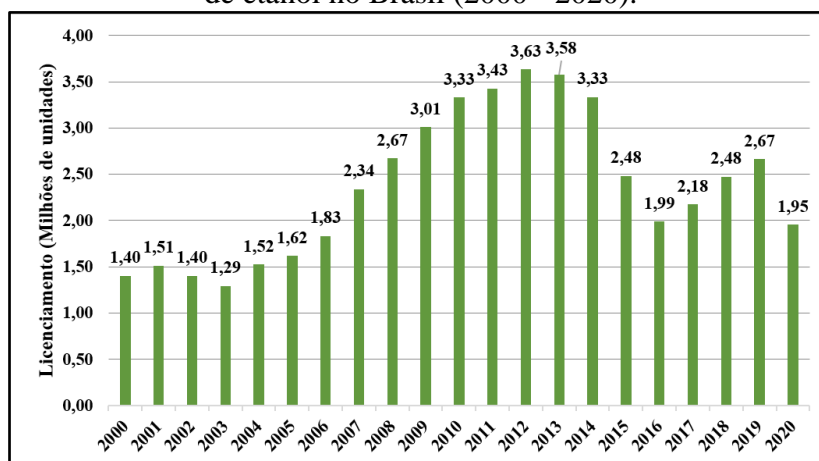
Ao analisar o gráfico 06, podemos identificar algumas tendências e padrões ao longo do tempo. No início do período analisado, em 2000, o licenciamento de automóveis no Brasil foi de 1.400.000 unidades. Esse número aumentou gradualmente até atingir o

pico em 2010, com 3,33 milhões de unidades licenciadas. A partir desse ponto, houve uma queda no licenciamento de automóveis até 2016, quando atingiu o valor mais baixo de 1,99 milhões de unidades. Posteriormente, houve uma recuperação gradual, chegando a 2,67 milhões de unidades licenciadas em 2019. No entanto, em 2020, houve uma queda para 1,95 milhões de unidades.

Em relação ao tipo de combustível utilizado nos automóveis, podemos observar que o etanol teve uma participação significativa ao longo do período analisado. Em 2000, o licenciamento de automóveis movidos a etanol foi de 1,40 milhões de unidades, representando a maioria dos veículos licenciados naquele ano. No entanto, ao longo dos anos, houve uma diminuição gradual na participação do etanol, com um aumento na utilização de gasolina e outros combustíveis. Em 2020, o licenciamento de automóveis movidos a etanol foi de 1,95 milhões de unidades.

Esses dados refletem a conjuntura nacional e internacional ao longo do período analisado. Fatores como políticas governamentais, disponibilidade e preço dos combustíveis, avanços tecnológicos e mudanças nas preferências dos consumidores podem ter influenciado esses números. Além disso, é importante considerar que o mercado de automóveis e a produção de etanol são afetados por uma série de variáveis econômicas, sociais e ambientais.

Gráfico 6 – Licenciamento de automóveis por tipo de combustível utilizado e produção de etanol no Brasil (2000 - 2020).



Fonte: EPE (2020). Elaboração própria (2023).

Nessa situação, é possível destacar o papel do Estado na centralização do setor de etanol no Brasil. Durante a primeira década do século XXI, o governo implementou políticas públicas que estimularam a expansão do mercado interno e o aumento do

consumo familiar, como políticas de crédito que incentivaram a aquisição de novos veículos, contribuindo para aumentar a demanda por etanol e o crescimento da produção desse combustível no país. No entanto, é importante considerar as implicações socioambientais dessas políticas, uma vez que a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar e de biocombustíveis em geral pode envolver esquemas de monocultura que ocupam espaços de outras produções alimentares. Isso levanta discussões sobre a soberania alimentar e o aumento dos preços dos alimentos.

Ao analisar a reestruturação neoliberal do setor sucroenergético brasileiro e seus impactos no controle estatal e na posição global de mercado, é possível observar a influência significativa do Estado, representado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na viabilização das atividades desse setor. A atuação do BNDES acompanha as transformações da indústria sucroenergética, refletindo a interação entre o setor privado e o setor público na economia brasileira. A presença do Estado nesse contexto evidencia a importância de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento para garantir a sustentabilidade e competitividade do setor sucroenergético no cenário global. Portanto, é fundamental considerar a necessidade de uma abordagem equilibrada que promova o crescimento econômico, a preservação ambiental e o bem-estar social, visando um desenvolvimento soberano e inclusivo para o setor sucroenergético brasileiro.

A Relação entre Investimentos Estrangeiros e Crédito Agrícola: Transformando o Setor Sucroenergético: O Contexto Mundial

A concentração de lucros e rendimentos em grandes empresas especializadas no setor sucroenergético criou um significativo acúmulo de capital financeiro, que é utilizado para influenciar a dinâmica do capitalismo, conferindo-lhe características únicas (Chesnais, 2005). De acordo com Goldfarb (2012, 2013, 2015) para viabilizar esse financiamento, as empresas utilizam um sistema de compra antecipada: financiam a produção do agricultor e este se compromete a entregar a produção para a empresa. Ele pode pagar em dinheiro ou com um papel que representa uma quantidade específica do produto, como sacas de trigo, quando colher a safra. Esse modelo cria uma série de mecanismos complexos de financiamento da produção, envolvendo empresas, produtores e bancos. Os produtores podem adquirir tratores utilizando o mesmo sistema: trocam um

papel que representa um valor em produtos agrícolas pela máquina. A empresa que vende o trator leva esse papel ao banco para obter dinheiro em troca dele, e o banco utiliza esse papel como parte de um fundo. Esse processo demonstra a complexidade da engenharia de financiamento envolvida nesse cenário.

Para entender isso, é fundamental compreender a Cédula de Produto Rural (CPR), que é um título de crédito que promete a entrega futura de um produto do agronegócio, como cana-de-açúcar, soja ou trigo. A diferença em relação a mecanismos anteriores, como a Cédula do Produto Rural (CPR) por exemplo, e outros métodos de financiamento da produção, é que a CPR pode ser negociada para frente (Goldfarb, 2012, 2013). Ou seja, quem recebe esse título, que representa um valor em produtos agrícolas no futuro, pode vendê-lo para outra pessoa. Isso leva à criação de um mercado de derivativos, onde o valor desse título está relacionado ao valor do produto agrícola que será produzido. Dessa forma, esse título se torna um ativo financeiro negociável.

Na década de 2000, a CPR consiste em um título de crédito que representa uma promessa de entrega futura de um produto agropecuário, funcionando como um facilitador na produção e comercialização rural. A CPR financeira foi criada pela Lei nº 10.200/2001. Embora semelhante à CPR Física, essa modalidade possibilitou o pagamento por meio de liquidação financeira, no vencimento, do valor discriminado na cédula. Atualmente, a CPR Financeira é cada vez mais utilizada com taxas de juros predeterminadas, permitindo a conversão financeira do ativo e sendo vantajosa para coletar recursos para produtores. A Cédula de Produto Rural Financeira (CPR Financeira) é uma modalidade desse título de crédito que permite a liquidação financeira. Esse mercado de derivativos, inicialmente criado para financiar e proteger a produção, está passando por mudanças. Com a possibilidade desses novos papéis se descolarem da realidade e não precisarem mais ser liquidados fisicamente, mas sim financeiramente, percebemos que esse mercado está se transformando de um mercado de financiamento das produções para um mercado de especulação (Goldfarb, 2012, 2013). Esse jogo financeiro está perdendo completamente o lastro na realidade e se tornando especulativo. Isso é importante no caso da agricultura, pois esse descolamento da realidade e o aumento intenso do capital financeiro.

Para entender melhor esse processo, vale a pena voltar às crises de 2002 e 2008, que intensificaram a presença do capital especulativo e financeiro na agricultura

(Goldfarb, 2012, 2013). A crise de 2002 foi marcada pela quebra da bolsa Nasdaq, associada às empresas ligadas à internet. Já a crise de 2008 foi caracterizada pela bolha especulativa no mercado imobiliário dos Estados Unidos. Após essas crises financeiras, o capital especulativo precisou ser deslocado e encontrou no mercado de *commodities* dos países do Sul Global uma relativa estabilidade para investimento seguro (Goldfarb, 2013). É importante compreender que há uma grande quantidade de dinheiro circulando nesses mercados financeiros, e estima-se que apenas de dez a quinze por cento dos rendimentos desses investimentos são reinvestidos na economia real. Isso significa que apenas uma pequena parte desses lucros retorna para impulsionar atividades produtivas na economia.

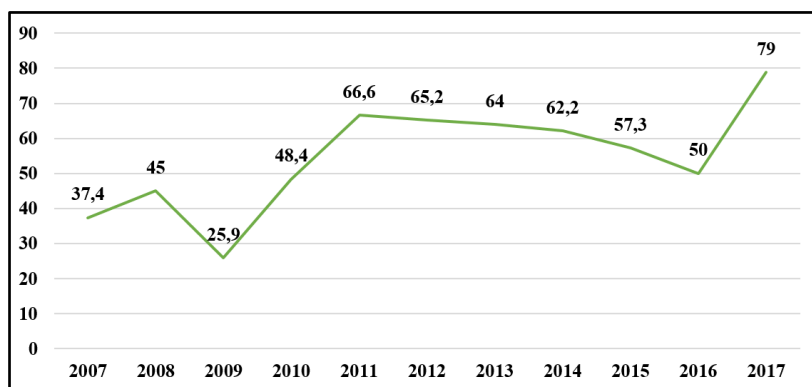
Deste modo, há uma grande quantidade de dinheiro circulando nesses mercados financeiros, e ele precisa encontrar formas rentáveis de se valorizar, especialmente durante as crises de acumulação (Goldfarb, 2012, 2013). Quando esse dinheiro se desloca para as economias do sul global para produzir *commodities*, isso traz consigo um novo modo de produção, incorporando todas as dimensões da natureza na esfera do capital. A terra se torna um ativo financeiro, um item no portfólio das grandes corporações, que passam a mensurar a quantidade de terra que possuem nos diferentes países do mundo.

A combinação de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) e Crédito Agrícola Comercial Privado pode ter um impacto significativo no agronegócio. Os IDEs trazem investimentos estrangeiros que podem impulsionar a modernização da agricultura, introduzir novas tecnologias e práticas de gestão, e aumentar a competitividade do setor (Goldfarb, 2013). Por sua vez, o Crédito Agrícola Comercial Privado fornece aos produtores os recursos necessários para investir em suas operações, adquirir insumos, maquinário e tecnologia, e expandir suas atividades (Goldfarb, 2012, 2013). Esse excedente financeiro é inicialmente retido nos países-sede das principais empresas multinacionais, mas acaba migrando para outras localidades na forma de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), o que gera uma nova reorganização produtiva e aumenta o número de excedentes em forma de dinheiro (Chesnais, 2010).

No setor sucroenergético brasileiro, o influxo de capital mundializado desempenha um papel crucial no processo de modernização e expansão das usinas no país. O capital financeiro portador de juros busca eliminar as mediações dos processos de produção e circulação de forma fetichista, o que implica em uma maior dependência do financiamento estrangeiro para impulsionar o desenvolvimento do setor (BUNDE, 2020).

Analisando o (Gráfico 7), que representa os ingressos de investimentos estrangeiros diretos no Brasil entre 2007 e 2017, podemos observar algumas tendências. Entre 2007 e 2008, houve um aumento nos valores, indicando um interesse crescente de investidores estrangeiros na economia brasileira. No entanto, em 2009, ocorreu uma queda acentuada nos ingressos devido à crise financeira internacional que afetou diversos países, incluindo o Brasil.

Gráfico 7: Brasil - Ingressos de investimentos estrangeiros diretos: Participação no capital (bilhões de dólares) - 2007 a 2017.



Fonte: BACEN, 2018. Elaboração própria (2023).

De acordo com Giacché (2011), a crise é considerada um aspecto intransponível no marxismo, pois está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento do capital e suas contradições estruturais. Essas contradições são inerentes ao próprio sistema capitalista e, conseqüentemente, inevitavelmente conduzem a crises, que se tornam elementos fundamentais do movimento capitalista (Giacché, 2011). Nessa perspectiva, a crise não é vista como algo externo ou acidental, mas sim como parte integrante do sistema, resultante de suas próprias contradições internas.

Assim, a crise não pode ser solucionada de forma definitiva, mas pode ser gerenciada por meio de medidas como a financeirização, que buscam remediar a incapacidade do sistema em absorver o excedente e manter a acumulação sob o controle dos monopólios (Giacché, 2011). A financeirização se torna uma estratégia adotada para enfrentar as crises recorrentes, visando equilibrar e controlar os fluxos de capital e garantir a continuidade do desenvolvimento capitalista (Giacché, 2011).

A partir de 2010, houve uma recuperação gradual nos ingressos de investimentos estrangeiros diretos, atingindo o valor mais alto em 2017. Essa recuperação pode ser

resultado das medidas adotadas pelo governo brasileiro para atrair investimentos externos e impulsionar a economia. É importante destacar que os ingressos de investimentos estrangeiros diretos são influenciados por diversos fatores, como a estabilidade política e econômica do país, as políticas governamentais, as condições do mercado internacional e os setores específicos que atraem investimentos.

Dessa forma, ao analisarmos os dados sobre os ingressos de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, é importante considerar o impacto desses investimentos no setor sucroenergético. Isso nos permite compreender melhor como o capital estrangeiro contribui para a modernização e expansão das usinas, bem como para o desenvolvimento econômico do país como um todo. Portanto, a análise desses dados é essencial para uma compreensão abrangente do panorama econômico do Brasil, levando em conta o setor sucroenergético e o impacto dos investimentos estrangeiros nesse setor específico.

Então, esse tipo de investimento do capital financeiro na agricultura é o que chamamos de financeirização da agricultura. Por um lado, a determinação de preços nesse mercado financeiro exerce grande influência nos preços. Por outro lado, há a presença desses fundos de investimento na produção. O que importa entender aqui é que esse capital financeiro é fictício, não tem compromisso com o que acontece no país e nos territórios. Ele vem com a obrigação de se valorizar, ao contrário das grandes empresas que antes eram as principais determinadoras do que ocorria nos territórios, incluindo a concentração de terras, imposição de formas de produção e exploração da mão de obra. Hoje, os grandes fundos de investimento e o capital financeiro também desempenham esse papel. Isso intensifica a exploração da mão de obra, o esgotamento dos recursos naturais e não tem compromisso com a soberania alimentar dos países nem com a saúde da população.

A financeirização é uma das principais expressões da concentração e centralização de capital no capitalismo contemporâneo, conforme destacado por Marx (1998) em sua teoria do capital portador de juros. Essa dinâmica pode ser ilustrada no setor sucroenergético, que passou por um processo de financeirização nas últimas décadas. Com a intensificação da especulação financeira e a busca por lucros cada vez maiores, grandes corporações do setor financeiro passaram a investir em empresas sucroenergéticas, o que resultou na concentração de capital e centralização da produção (Santos, 2018, 2023a).

A financeirização resultou em um aumento no uso de instrumentos financeiros sofisticados, como os contratos futuros de açúcar, que aumentaram a vulnerabilidade do setor sucroenergético às oscilações do mercado financeiro (Santos, 2023a). Essa tendência tem sido alvo de críticas de diferentes áreas, que advertem sobre o risco de uma bolha financeira no setor e a necessidade de repensar o modelo de produção sucroenergética.

No caso do setor sucroenergético, é possível observar uma tendência de oligopolização, onde um número cada vez menor de grupos econômicos altamente capitalizados e financeirizados estão se tornando dominantes no mercado sucroenergético (Santos, 2018). Essa análise é reforçada ao analisar os dados operacionais e de produção dos 10 maiores grupos sucroenergéticos do Brasil durante a safra 2019/2020.

Os dados operacionais e de produção dos 10 maiores grupos sucroenergéticos do Brasil, durante a safra 2019/2020, são apresentados na Tabela 1. Esses grupos desempenham um papel significativo na produção nacional de açúcar, etanol e bioeletricidade. No topo da lista encontra-se a Copersucar, um grupo brasileiro de controle acionário nacional, que opera 35 unidades agroindustriais e possui uma capacidade de moagem de 87,7 milhões de toneladas por safra. A produção de açúcar desse grupo atingiu 3.700 mil toneladas, enquanto a produção de etanol foi de 5.023,6 mil metros cúbicos. Ademais, a comercialização de bioeletricidade alcançou 3.264,7 *gigawatts-hora*.

Em segundo lugar está a *Raízen*, um grupo com controle acionário compartilhado entre Brasil e Holanda. Eles possuem 26 unidades agroindustriais e uma capacidade de moagem de 73,6 milhões de toneladas por safra. A produção de açúcar desse grupo foi de 3.800 mil toneladas, enquanto a produção de etanol alcançou 2.529,7 mil metros cúbicos. Eles também comercializaram 2.503,5 *gigawatts-hora* de bioeletricidade.

Outro grupo importante é a Atvos (ex-Odebrecht), com controle acionário brasileiro. Eles possuem 9 unidades agroindustriais e uma capacidade de moagem de 36,8 milhões de toneladas por safra. A produção de açúcar desse grupo foi de 235 mil toneladas, enquanto a produção de etanol atingiu 2.140 mil metros cúbicos. Eles comercializaram 1.830,4 *gigawatts-hora* de bioeletricidade. Esses dados demonstram a relevância desses grupos sucroenergéticos na produção de açúcar, etanol e bioeletricidade

no Brasil durante a safra 2019/2020. Essas informações são importantes para compreender a dinâmica desse setor e sua contribuição para a economia nacional.

Esses exemplos concretos da realidade ilustram como esses grupos sucroenergéticos têm um papel dominante no mercado, tanto em termos de capacidade de moagem quanto de produção de açúcar, etanol e bioeletricidade. Esses dados estatísticos reforçam a argumentação de que há uma concentração de poder nesse setor, o que pode ter consequências significativas para a dinâmica do mercado e para a economia nacional como um todo.

Tabela 1- Brasil: dados operacionais e de produção dos 10 maiores grupos sucroenergéticos (por capacidade de moagem), safra 2019/2020.

Posição	Grupo	Controle acionário	N. de UAS ⁽¹⁾	Capacidade de Moagem (milhões t/safra) ⁽¹⁾	Açúcar (mil t.) ⁽⁴⁾	Etanol (mil m ³) ⁽¹⁾	Bioeletricidade comercializada (GW/h) ⁽¹⁾
1	Copersucar	Brasil	35	87,7	3.700,0	5.023,6	3.264,7
2	Raízen	Brasil/Holanda	26	73,6	3.800,0	2.529,7	2.503,5
3	Atvos (ex-Odebrecht)	Brasil	9	36,8	235,0	2.140,0	1.830,4
4	Biosev (LDC)	França	9	32,0	1.163,0	1.347,0	868,5
5	BP Bunge	UK/EUA	11	32,0	1.400,0	1.572,8	1.138,1
6	Tereos International (Guarani)	França	7	24,8	1.600,0	657,0	963,3
7	São Martinho	Brasil	4	24,1	1.106,0	1.172,0	878,9
8	Usaçúcar - Santa Terezinha	Brasil	10	20,6	1.100,0	452,7	334,2
9	Cofco International	China	4	17,0	S/I	626,0	658,1
10	Tércio Wanderley (Coruripe)	Brasil	5	15,3	1.013,0	497,8	394,1

Fonte: Novacana 2020. Elaboração própria (2023).

Por outro lado, a centralização no consumo de combustíveis derivados do petróleo por parte de muitos países do mundo resultou em uma concentração do mercado petrolífero, controlado por poucos países produtores (Araújo, 2023b). Porém, a busca por fontes de energia renováveis, como o etanol, pode contribuir para diminuir essa centralização, uma vez que o etanol pode ser produzido em diferentes países e regiões, a

partir de diversas matérias-primas, como cana-de-açúcar, milho e beterraba (Araújo; Araújo Sobrinho, 2023). A utilização do etanol como fonte de energia sustentável também desempenha um papel relevante na redução das emissões de gases de efeito estufa, atendendo às demandas ambientais discutidas globalmente (Araújo, 2023b). Deste modo, o aumento nos preços do petróleo após o ano 2000 impulsionou a demanda por etanol, consolidando-o como uma *commodity* de destaque no cenário mundial.

O setor sucroenergético exemplifica claramente o que Amin (2019) chama de "capitalismo de monopólios generalizados". Esse segmento é dominado por grandes corporações que possuem controle significativo sobre a produção e distribuição de açúcar e álcool, impactando diretamente as empresas menores do ramo. A concentração de poder nessa indústria também pode ser observada de forma indireta, manifestando-se na influência política exercida pelas grandes empresas. Dessa forma, a produção de açúcar e álcool tem um grande impacto ambiental, exigindo vastas áreas de terra para plantio e o uso intensivo de recursos naturais, como água e energia. Essa situação é agravada pela falta de regulamentação e fiscalização adequadas.

De acordo com Amin (2019), a natureza contemporânea do capitalismo é caracterizada pela generalização dos monopólios. Anteriormente, os monopólios eram considerados entidades isoladas dentro do sistema capitalista, enquanto outras corporações mantinham certa autonomia. No entanto, atualmente os monopólios formam um sistema integrado que exerce um controle rígido sobre todos os sistemas produtivos. Pequenas e médias empresas, assim como algumas grandes empresas que não são formalmente propriedade dos monopólios, estão inseridas em redes de controle estabelecidas por esses gigantes econômicos.

Isso resulta em um substancial redução da autonomia dessas unidades de produção, que passaram a ser subcontratadas pelos monopólios. Essa configuração de monopólios generalizados é o resultado de uma nova fase de centralização do capital nos países da tríade (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão), ocorrida nas décadas de 1980 e 1990. Ao mesmo tempo, esses monopólios dominam a economia mundial, e é nesse contexto que surge o conceito de mundialização do capital, que representa uma nova etapa do imperialismo, na qual os monopólios exercem controle sobre os sistemas produtivos das periferias do capitalismo global (Amin, 2019). Essa análise revela a

dinâmica de poder e concentração econômica que permeia as relações globais, destacando a necessidade de compreender as estruturas de poder na economia global.

No contexto do setor sucroenergético brasileiro, as mudanças recentes no capitalismo desempenham um papel significativo, especialmente no processo de financeirização (Araújo, 2023a; Santos, 2023a). Esse fenômeno refere-se ao aumento da importância do setor financeiro na economia e na dinâmica de acumulação de capital. De acordo com Chesnais (2005), a financeirização emerge como resultado da centralização de capital, buscando promover e garantir a reprodução do capital em um cenário marcado por baixo crescimento e crises financeiras. A influência da desregulamentação financeira foi um fator crucial para o fortalecimento de instituições financeiras, como fundos de investimento, seguradoras e corretoras (Chesnais, 2005). Essa desregulamentação permitiu um aumento significativo na circulação de títulos e ativos financeiros, os quais se tornaram uma fonte constante de renda para aqueles que os detêm. A mundialização dos mercados financeiros e a separação entre a propriedade e a gestão dos ativos são características marcantes nesse momento (Araújo, 2023).

Os títulos, como as ações, representam uma parcela do capital de uma empresa, conferindo aos investidores direitos sobre os lucros gerados por esse capital. No entanto, é importante destacar que esses títulos não proporcionam aos investidores o acesso direto a esses lucros. Eles só podem recuperar o capital investido ao vender suas ações no mercado de ações (Chesnais, 2010). Ao vender suas ações, o investidor recupera o capital inicialmente investido em forma de dinheiro, podendo reinvesti-lo em outras empresas ou utilizá-lo conforme sua vontade. A bolsa de valores contribui para fortalecer essa dimensão fictícia ao permitir a flutuação dos preços das ações, oferecendo a possibilidade de ganhos para seus detentores (Chesnais, 2010). Os preços das ações de uma empresa negociada na bolsa podem variar de acordo com diversos fatores, como oferta e demanda no mercado. Essas variações podem resultar em ganhos ou perdas para os detentores das ações.

É essencial compreender que o "valor-capital" das ações negociadas na bolsa é fictício em dois aspectos (Chesnais, 2010). Primeiramente, porque pode aumentar ou diminuir independentemente do valor real do capital da empresa sobre o qual os detentores das ações possuem direitos. Em segundo lugar, porque o valor das ações reflete percepções, expectativas e decisões dos investidores no mercado, podendo ser

influenciado por fatores de especulações e informações imprecisas. Portanto, o preço das ações pode não necessariamente refletir o valor real da empresa, e os lucros obtidos com as flutuações dos preços podem ser resultado de expectativas e movimentos do mercado, desvinculados do desempenho econômico real da empresa.

A consolidação do mercado de bolsa de valores, impulsionada pela desregulamentação, permite a existência de propriedade capitalista fora do processo de produção. Isso significa que o capital pode ser concentrado e centralizado não apenas por meio da posse dos meios de produção, mas também por meio da posse de ativos financeiros, como ações negociadas na bolsa (Chesnais, 2010). Essa concentração de propriedade emancipada do processo produtivo permite que alguns detentores de capital acumulem riqueza e poder de forma significativa. Mesmo que esse capital seja fictício em sua natureza, ou seja, não estejam diretamente relacionados à produção real de bens e serviços, aqueles que o possuem têm a capacidade de exercer seus interesses e influência na sociedade. Essa capacidade de influência decorre do fato de que a acumulação de direitos sobre uma produção futura, representada pelos ativos financeiros, confere aos detentores uma posição de poder e controle sobre recursos econômicos (Chesnais, 2010). Esses recursos podem ser utilizados para moldar e direcionar as atividades produtivas, influenciar decisões empresariais, exercer pressão política e obter benefícios econômicos.

É essencial compreender que uma análise abrangente não pode separar o processo de circulação e acumulação financeira do processo produtivo. Os centros de comando financeiro, responsáveis por controlar e organizar esses capitais fictícios, estão profundamente enraizados nos territórios. Apesar da aparente desconexão do capital fictício em relação aos processos produtivos concretos, é crucial reconhecer que sua remuneração está intrinsecamente ligada a esses processos. A maneira como esses capitais circulam, são controlados e se organizam nos territórios está diretamente vinculada aos processos produtivos reais. No setor sucroenergético, essa relação é evidente, pois a valorização dos ativos financeiros relacionados às empresas do setor está intimamente ligada às atividades produtivas, como a produção de açúcar e etanol. As decisões de investimentos, expansão e busca por fusões e aquisições são influenciadas pela dinâmica financeira e pelos interesses dos acionistas.

Ao explorar a relação entre investimentos estrangeiros e crédito agrícola no setor sucroenergético e seu impacto no contexto mundial, torna-se evidente a influência

significativa desses fatores na transformação e dinâmica desse setor. A entrada de investimentos estrangeiros e o acesso ao crédito agrícola têm impulsionado a modernização, a expansão e a competitividade das empresas sucroenergéticas, promovendo a integração dessas no mercado global. Essa interação entre investidores estrangeiros e o setor sucroenergético brasileiro destaca a importância da cooperação internacional e da abertura a novas tecnologias e práticas de gestão. No entanto, é crucial considerar os impactos socioeconômicos e ambientais desses investimentos, garantindo que o desenvolvimento do setor sucroenergético seja sustentável e beneficie não apenas os investidores, mas também as comunidades locais e o meio ambiente. Portanto, a busca por um equilíbrio entre o crescimento econômico, a responsabilidade social e a preservação ambiental é essencial para garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo do setor sucroenergético em um contexto global em constante evolução.

Considerações finais

As análises apresentadas revelam a complexidade e a interconexão entre os diversos elementos que moldam os espaços agrícolas brasileiros. A partir da compreensão das transformações impulsionadas pela mundialização, avanços tecnológicos e busca por eficiência, torna-se evidente que o uso do território não é mais pautado por processos contíguos, mas por uma lógica flexível e descontínua (Araújo, 2023a). Nesse cenário, as empresas agrícolas se adaptam às demandas do mercado mundial, reconfigurando e reorganizando os lugares de acordo com as estratégias comerciais e as condições socioeconômicas. É fundamental considerar, portanto, não apenas os aspectos geográficos, mas também os econômicos, tecnológicos e sociais para compreender plenamente as dinâmicas e desafios enfrentados pelo setor agrícola brasileiro. Dessa forma, é possível traçar caminhos para um desenvolvimento equitativo, que valorize tanto a produtividade quanto a preservação dos recursos naturais e a melhoria das condições de vida dos camponeses e agricultores familiares.

O setor sucroenergético desempenha um papel relevante no movimento do capital e na busca por formas de superar as crises. A dinâmica desse setor, marcada pela concentração e centralização de capitais, reflete a lógica do capitalismo e sua necessidade de reprodução contínua e ampliada. A crise se manifesta como uma constante ameaça ao sistema, e a aglutinação de capitais no setor sucroenergético atua como uma

contratendência que busca restabelecer o equilíbrio perdido. A compreensão desses processos e da interrelação entre a crise e o movimento do capital é fundamental para uma análise abrangente das relações socioeconômicas capitalistas e da viabilidade do sistema.

O setor sucroenergético está inserido no processo de financeirização ou sob a dominância financeira, que implica não apenas no acirramento da concorrência, mas também na possibilidade de geração de lucro sem necessariamente aumentar a produção. As fusões e aquisições desempenham um papel crescente e relevante nesse cenário, buscando superar os próprios limites do sistema capitalista. O objetivo central dessas operações passa a ser a conquista de maior poder de mercado e a ascensão da riqueza, transformando o capital fictício em um meio necessário para a concretização dessas transações e, ao mesmo tempo, um objetivo primordial. O setor sucroenergético busca não apenas aumentar sua capacidade de mercado, mas também fortalecer a criação e reprodução de capital fictício, reforçando a interdependência entre eles.

A partir da análise dos dados disponíveis, é possível constatar uma expressiva quantidade de operações de Fusões e Aquisições (F&A) nas últimas duas décadas no setor sucroenergético. Essa tendência sugere a entrada de grandes corporações capitalizadas e financeirizadas, resultando na eliminação de empresas menos competitivas e no consequente processo de concentração e centralização do capital. Como resultado, é perceptível a oligopolização tanto na produção quanto na comercialização e distribuição de açúcar e etanol no mercado, o que confere às grandes corporações o poder para manipular a oferta e os preços desses produtos de acordo com seus interesses. Essa manipulação pode acarretar prejuízos ao consumidor final, como evidenciado pelos sucessivos aumentos nos preços dos combustíveis ocorridos após 2015, atendendo, de forma particular, às demandas das empresas do setor sucroenergético.

A presença cada vez mais significativa das corporações e a influência do mercado financeiro denotam um aumento do controle territorial por parte dos agentes do agronegócio. Essa crescente hegemonia reforça a competitividade do setor e coloca em destaque a priorização da circulação do capital em detrimento de quaisquer aspectos econômicos, sociais ou ambientais que possam surgir como obstáculos. Nesse sentido, é importante destacar os desafios enfrentados pelo setor canavieiro, como a expropriação de camponeses e comunidades tradicionais, a prática de grilagem de terras, a

concentração fundiária e a degradação ambiental. Esses problemas, muitas vezes negligenciados, afetam diretamente o tecido social e ambiental, além de ampliar as desigualdades e a vulnerabilidade dos grupos mais marginalizados.

É crucial que haja limites, que haja regulação. O capital especulativo não pode continuar sem amarras como ocorre atualmente. Precisamos estabelecer limites e garantir que os projetos de desenvolvimento dos países sejam baseados em desenvolvimento soberano, justiça social e soberania alimentar. Esses três grandes eixos são fundamentais para o projeto de desenvolvimento de qualquer país. O projeto de desenvolvimento popular precisa avançar, pois representa uma verdadeira luta de classes. Esse capital chega explorando demais, expulsando populações e recorrendo à violência ao se associar às oligarquias regionais e aos poderes locais, que historicamente desempenham esse papel. É crucial que os interesses soberanos dos países orientem os projetos de desenvolvimento, tanto no campo quanto na cidade. Enfrentar o capital financeiro, estabelecer limites, regulação e transparência são fundamentais para lidar com essa questão.

Referências

AMIN, Samir. The New Imperialist Structure. **Monthly Review**, Vol. 71, No. 3: July-August 2019. https://doi.org/10.14452/MR-071-03-2019-07_3

ARAÚJO, D. F. C. de. MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO. **Revista Tocantinense de Geografia**, [S. l.], v. 12, n. 28, p. 154–177, 2023a.

ARAÚJO, D. F. C. de. The dynamics of renewable energies in the Brazilian energy matrix in the 21ST century. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 21, n. 01, p. 399–429, 2023b.

ARAÚJO, D. F. C. de.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. Agrofinanceirização e novas fronteiras do setor sucroenergético no Brasil: o caso do Grupo Bunge no estado de Minas Gerais. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 351–387, 2023a.

ARAÚJO, D. F. C. de.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. A. O futuro dos biocombustíveis: Análise do cenário atual e perspectivas para o setor no Brasil. **Geopauta**, [S. l.], v. 7, p. e12766, 2023b.

ARAÚJO, D. F. C. de.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. Agricultural culture of sugarcane in Brazil: contribution to the study of rural territories and their contradictions and conflicts. **Geopauta**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 162-183, 2020.

BORRAS, S. M. et al. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, v. 29, n. 1, p. 93-115.

BUNDE, A. MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, DESREGULAMENTAÇÃO E INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED): O SETOR SUCROENERGÉTICO NO BRASIL. **Revista Tocantinense de Geografia**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 55-74, 2020.

BUNDE, A. **Os impactos dos investimentos externos diretos (IEDs) sobre a (re)estruturação e estrangeirização do setor sucroenergético no Brasil**. 2017. 336 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

CAMPOS, Natália Lorena. **Internacionalização do capital no setor sucroenergético do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: estratégias políticas e territoriais**. 2019. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

CASTILLO, Ricardo. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. **Revista GEOgraphia**, n. 35, p. 95-119, 2015.

CHESNAIS, François. **A Proeminência da finança no seio da “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital**. In: BRUNHOFF, Suzanne... [et al.]. *A Finança Capitalista*. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

CHESNAIS, François. **O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. In: _____. Org. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações, consequências*. Tradução Rosa Maria Marques; Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.

CONAB – **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO**. Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar (Safra 2000/01-2019/220). Conab. 2020.

EPE. **Empresa de Pesquisa Energética**. Análise de conjuntura dos biocombustíveis: ano 2021. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/analise-de-conjuntura-dos-biocombustiveis-2021>> Acesso em 23/11/2023.

FAÇANHA, S. L. de O. **Aquisições, fusões e alianças estratégicas na cadeia sucroenergética brasileira**. Tese (Doutorado em Ciências) 339f. São Paulo: USP, 2012.

GIÁCCHÉ, Vladimiro. Marx, the Falling Rate of Profit, Financialization, and the Current Crisis. **International Journal of Political Economy**, Volume 40, 2011.

GOLDFARB, Yamila. **Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o caso**

da Cargill. Departamento de pós graduação em geografia Humana; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas; Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. p203.

GOLDFARB, Y. A agricultura a partir do neoliberalismo: financeirização, poder corporativo e as ameaças à soberania alimentar. **Agrária** (São Paulo. Online), [S. l.], n. 17, p. 42–58, 2012.

GOLDFARB, Y. Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 27, p. 11–37, 2015.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 20 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro II**. O processo de circulação do capital; tradução de Reginaldo Sant'Anna; 7ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MENDONÇA, M. L.; PITTA, F. T.; XAVIER, C. V. **A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

NEVES, M. F.; CONEJERO, M. A. **Estratégias para a cana no Brasil: um negócio classe mundial**. São Paulo: Atlas, 2010.

POSTAL, A. M.; REYDON, B. **Agronegócio sucroenergético: acesso à terra ou acesso à cana? Os diferentes modelos de negócio e os impactos na gestão empresarial**. In: BUHLER, E.; GUIBERT, M.; OLIVEIRA, V. L. (orgs.). **Agriculturas Empresariais e Espaços Rurais na Globalização: abordagens a partir da América do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 193-216.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço. Técnica e tempo**. Razão e emoção. 4ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Henrique Faria dos. Estratégias de financeirização do setor sucroenergético no Brasil. **REVISTA NERA**, [S. l.], v. 27, n. 1, 2023a.

SANTOS, Henrique Faria dos. Fatores de expansão do setor sucroenergético no Brasil no início do século XXI. **Geografares**, [S. l.], v. 3, n. 36, p. 7–31, 2023b.

SANTOS, Henrique Faria dos. **Especialização regional produtiva e vulnerabilidade territorial no agronegócio globalizado: implicações locais da expansão e crise do setor sucroenergético no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia). 465 f. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: IG/UNICAMP, 2022.

SANTOS, Henrique Faria dos. OLIGOPOLIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI. **Revista de Geografia**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 113–133, 2018.

SANTOS, Henrique Faria dos.; SAMPAIO, M.- de-A.P.; MESQUITA, F.; PEREIRA, M.F.V. Crisis del sector sucroenergético en Brasil y la vulnerabilidad territorial de los municipios productores de caña de azúcar. **Revista EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales**, [S. l.], v. 48, n. 145, 2022.

SILVA, L. R.; PEREIRA, M. F. V. O BNDES e a sustentação recente do setor sucroenergético brasileiro (2002-2015). **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 276-300, 2019.

SILVA, Laís Ribeiro. **Agronegócio globalizado e uso do território no contexto de financeirização: o Grupo Cosan e o setor sucroenergético brasileiro**. 2022. 252 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

SILVA, Laís Ribeiro; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Uso do Território e Valorização Financeira: o grupo cosan e o setor sucroenergético brasileiro. **Sociedade & Natureza**, [S.L.], v. 35, n. 1, p. 01-12, 12 jun. 2023

VEGA, G. E. C. **A dupla serpente: Estado e agroindústria sucroenergética brasileira na construção de uma nova matriz de inserção global (2003-2014)**. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Universidade.

VIDAL, Maria de Fátima. Situação do setor sucroenergético Nordeste: safra 2016/16. Caderno Setorial ETENE. Fortaleza: **Banco do Nordeste do Brasil**, ano 2, n. 2, fev.2017.

Recebido em 19 de dezembro de 2023.

Aceito em 22 de abril de 2024.

Publicado em 11 de junho de 2024.